

- 34 • Marcos Antonio Dantas Moura, P.M. de Barueri;
- 35 • José Luiz Coelho Correa, P.M de Diadema;
- 36 • Neive Luiz Rodrigues Noguero, P.M de Francisco Morato;
- 37 • Edson José de Barros, P.M de Guarulhos;
- 38 • Romildo de Pinho Campello, P.M de Mogi das Cruzes;
- 39 • Carlos Marx Alves, P.M de Osasco;
- 40 • Helena Aparecida de Almeida, P.M de Poá;
- 41 • Amilton Pegoraro, P.M de Itaquaquecetuba;
- 42 • Marcela C. Pupin, P.M de Santana de Parnaíba;
- 43 • Magner Alandey Dantas das Silva, P.M de Santo André;
- 44 • João Ricardo Guimarães Caetano, P.M. de São Bernardo do Campo;
- 45 • José Soares Marcondes, P.M de Embu-Guaçu;
- 46 • Leda Aschelmann, P.M de Itapeverica da Serra.

47 **Segmento Sociedade Civil Organizada:**

- 48 • Miron Rodrigues da Cunha, Comissão de Defesa e Preservação da Espécie e do Meio Ambiente-CDPEMA- Vice-Presidente do CBH-AT;
- 49 • Francisco de Assis Ramalho Além, Centro das Indústrias do Estado de São Paulo-CIESP;
- 50 • Ronaldo Vasques, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo-FIESP;
- 51 • José Roberto Terassi, Associação Comercial, Indústria e Serviço de Embu-ACISE;
- 52 • Nelson Reis Claudino Pedroso, Associação Global Desenvolvimento Sustentado-AGDS;
- 53 • Marco Antônio Palermo, Associação Brasileira de Recursos Hídricos-ABRH;
- 54 • José Avanita Arraes, Associação Paulista dos Consultores em Meio Ambiente-APCMA;
- 55 • Luciomar Santos Werneck, Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - Seção SP/ABES;
- 56 • Reynaldo Eduardo Young Ribeiro, Associação dos Engenheiros da SABESP/AESABESP;
- 57 • Eduardo Mário Raccioppi, Instituto Aruandista Pesquisas e Desenvolvimento.

60 O Presidente do CBH-AT Francisco Nascimento de Brito (Prefeitura de Embu das Artes)
61 abriu a reunião dando as boas vindas. Constatado quórum instalou a plenária. Pelo
62 primeiro item da pauta, os informes, o Secretário Executiva Adjunto, Gilson Guimarães
63 (CESTB), comunicou que foi publicado no Diário Oficial do Estado o novo Estatuto do
64 CBH-AT e a Deliberação que prorrogou o mandato da atual gestão até o dia trinta e
65 um de agosto, pela necessidade de estabelecimento de prazo minimamente razoável
66 para planejamento e execução dos procedimentos eleitorais no Comitê. Apreciada e
67 aprovada por unanimidade Deliberação CBH-AT Ad Referendum N°. 6 de 28/11/2012
68 que dispõe sobre a indicação de empreendimentos para financiamento com recursos
69 oriundos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos-FEHIDRO referentes ao exercício de
70 2012, e dá outras providências, e a Deliberação CBH-AT Ad Referendum N°. 01, de
71 27/03/2013, que aprova aditamento de recursos do Contrato FEHIDRO 194/2011 no
72 valor de R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais) referente ao empreendimento
73 FEHIDRO 2011-AT-553-Plano de Desenvolvimento e Proteção Ambiental-PDPA dos
74 Mananciais do Subcomitê Alto Tietê Cabeceiras e Assessoria para Elaboração das
75 Respectivas Leis Específicas. Apreciada e aprovada, com uma abstenção,
76 Deliberação CBH-AT N° 03, de 13 de Junho de 2013, que aprova o calendário eleitoral,
77 os procedimentos para cadastramento, eleição e indicação dos representantes das
78 entidades do segmento Sociedade Civil Organizada para o mandato 2013-2015, com
79 emenda no Artigo 7º “Os Subcomitês, obedecida a data limite de 30 de setembro de
80 2013 para eleição e posse de seus membros, definirão os respectivos calendários
81 eleitorais após a reformulação dos respectivos Regimentos Internos, em conformidade
82 com o disposto no § 5º do Artigo 26 e Artigo 3º das Disposições Transitórias do Estatuto
83 do CBH-AT. § 1º-Aplica-se às entidades do segmento sociedade civil interessadas em
84 participar do processo eleitoral dos Subcomitês, para o mandato 2013-2015, os itens 1
85 (um), 3 (três), 4 (quatro), 5 (cinco) e 6 (seis) do Edital anexo. § 2º-A Comissão Eleitoral
86 definida no item 5 do Edital anexo, no caso dos Subcomitês, atuará conforme
87 estabelecido nos subitens “5 a.” até “5 h.” § 3º-Os Subcomitês, respeitado o Edital
88 anexo, poderão definir critérios adicionais ao mesmo para os respectivos processos
89 eleitorais. Artigo 8º - Esta deliberação entrará em vigor na data de sua publicação.”
90 Apreciado e aprovado o Edital como Anexo da Deliberação CBH-AT N° 03, e seu
91 anexo, a Ficha de Inscrição para Cadastramento das Entidades da Sociedade Civil
92 Organizada gestão 2013-2015, **com as modificações: no Item 2. DO CALENDÁRIO**
93 **ELEITORAL, ‘C. até 10 de julho divulgação das entidades inscritas sob responsabilidade**
94 **da Secretaria Executiva. D. de 10 de julho a 17 de julho análise da documentação pela**
95 **Comissão Eleitoral.” Com ordenação sequencial dos demais itens do cronograma**
96 **segundo apresentado na minuta de Anexo e demais correções de datas no Edital**
97 **também obedecendo o cronograma. Item 3. DO CADASTRAMENTO, foi substituída a**
98 **palavra pessoalmente por presencialmente: “3.1. Todas as entidades interessadas em**
99 **participar do processo eleitoral, mediante cadastramento ou recadastramento,**
100 **deverão protocolizar, presencialmente, na Secretaria Executiva do CBH-AT os**
101 **documentos relacionados no subitem 3.3 deste Edital, no horário das 9h30 às 12h30 e**
102 **das 13h30 às 16h30, no período de 14 de junho a 08 de julho de 2013.” Do Item 3.3.**
103 **referente aos documentos a serem protocolizados, em duas vias, “a. ficha de Inscrição**
104 **(anexo I), corretamente preenchida, que ficará disponível para download no sítio**
105 **www.sigrh.sp.gov.br (Comitês de Bacia/AT-Alto Tietê/Documents/Processo Eleitoral**
106 **2013-2015), juntamente com os demais documentos pertinentes ao processo eleitoral;”**

107 Redação para os Itens: “3.11-As entidades habilitadas, constantes da relação prevista
108 no item 5.5, alínea “g” deste Edital, serão incluídas no Cadastro Permanente das
109 Entidades da Sociedade Civil, previsto no artigo 9º do Estatuto do CBH-AT. “4. DA
110 DIVULGAÇÃO DAS ENTIDADES INSCRITAS: 4.1–Serão disponibilizadas, até o dia 10/07/13,
111 no sítio www.sigrh.sp.gov.br (Comitês de Bacia/AT - Alto Tietê/Documentos/Processo
112 Eleitoral 2013-2015) as seguintes informações relativas a cada entidade inscrita:
113 (i)razão social; (ii)endereço; (iii)CNPJ.” No item d. sobre os comprovantes de atuação
114 em atendimento aos requisitos estabelecidos no artigo 3º da Deliberação CBH-AT Nº 03,
115 de 13 junho de 2013, conforme a categoria em que se enquadra a entidade no item
116 d.2. usuários das águas, representados por entidades associativas: (i)cópia de
117 publicação no Diário Oficial do Estado, do extrato de Portaria de outorga de direito de
118 uso da água expedida pelo Departamento de Água e Energia Elétrica, em vigor, de no
119 mínimo 5 (cinco) de associados usuários das águas na bacia hidrográfica do Alto Tietê;
120 e (ii)cópia de documento atestando o vínculo dos usuários outorgados com a entidade
121 associativa, José Arraes (APCMA) solicitou que as entidades agrícolas fossem
122 contempladas, e Gilson Guimarães disse que o termo estava consagrado no recém
123 aprovado Estatuto do Comitê pelo Artigo 8º. Inciso II, mas a participação estava
124 garantida por intermédio dos Sindicatos Rurais. Os debates da documentação para
125 comprovar a atuação pelo item d.5.Associações não governamentais de defesa do
126 meio ambiente, comunitárias e dos direitos difusos, ressaltaram a propositura de que as
127 Entidades que se candidatarem sejam realmente atuantes, para tanto a
128 documentação apresentava alternativas, foi empregada a palavra “ou” com redação
129 final: “d.5.Associações não governamentais de defesa do meio ambiente, comunitárias
130 e dos direitos difusos: possuir reconhecimento público, por, no mínimo 2 (dois) trabalhos
131 realizados, nos últimos 2 (dois) anos, demonstrados por quaisquer das seguintes formas:
132 (i)cópia de publicação em revista especializada; ou (ii)matéria publicada na imprensa;
133 ou (iii)cópia de atestado de comprovação de trabalho realizado em parceria com
134 entes públicos ou privados.” Item e. substituindo procuração pública por particular,
135 para viabilizar os custos das Entidades, com redação: “e. Procuração particular
136 específica para o processo eleitoral, quando couber, para responder pela entidade
137 como representante legal, com firma reconhecida em cartório e com data não
138 superior a 6 (seis) meses da solicitação de inscrição.” Foi aprovado, com três
139 abstenções, o item c.Departamento de Engenharia Hidráulica e Ambiental da Escola
140 Politécnica da Universidade de São Paulo-USP, com a redação: “5.DA COMISSÃO
141 ELEITORAL, 5.1- Compõem a Comissão Eleitoral representantes a serem indicados por:
142 a. Ordem dos Advogados do Brasil-OAB Seção São Paulo; b.Conselho Regional de
143 Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo-CREA-SP; e c. Departamento de
144 Engenharia Hidráulica e Ambiental da Escola Politécnica da Universidade de São
145 Paulo-USP.” Foi informado que houve tratativa prévia para a participação e que as
146 Entidades supra citadas possuem relação de trabalho muito positiva com o Comitê
147 minimizando assim os riscos de terem resposta inadequada e fora do tempo necessário
148 para realização do processo eleitoral. Redação final para o item 5.6: “A Secretaria
149 Executiva deverá divulgar a listagem das entidades habilitadas, conforme previsto no
150 subitem “5.5 d”, em conformidade com o estabelecido no subitem 4.1 deste Edital.” Da
151 ficha de inscrição para o cadastramento das Entidades da Sociedade Civil Organizada
152 gestão 2013-2015 houve apenas correção de adequação da redação para o item 2.
153 em coerência às alternativas: o ou os Subcomitê ou Subcomitês, e para o Item 4para

154 **assinando os documentos que forem anexados com opção de assinalar sim ou não**
155 **para a entrega, além de constar o dia, mês e ano. Item 10-Da Declaração, foi**
156 **acrescentado na segunda linha: “...e seus Subcomitês...”** Prosseguindo os trabalhos
157 com o item Informes, Cobrança pelo uso da água e processo em andamento, o
158 Presidente lembrou que o cronograma já havia sido aprovado pela Deliberação CBH-
159 AT de 12 de março de 2012. Seika (DAEE) informou que o DAEE já havia elaborado e
160 entregue o cadastro específico com dados das outorgas de 2010, e que poderiam
161 emitir os primeiros boletos aos usuários mas o processo não avançou por problemas
162 jurídicos e administrativos. Apontou que houve grandes alterações no cadastro de 2010
163 para 2013, e portanto deveria ser atualizado. Gilson Guimarães disse que o Termo de
164 Cooperação foi elaborado pela FABH-AT e encaminhado para CETESB, que manifestou
165 pré-aceitação, restando apenas a formalização pelo Presidente da CETESB após
166 manifestação da Consultoria Jurídica. Francisco Piza (FABH-AT) disse que as instâncias
167 jurídicas envolvidas estão em entendimentos para firmar o convênio o mais rápido
168 possível mas paralelamente estão dialogando com os atores envolvidos sobre os
169 aspectos operacionais para efetivação da cobrança de forma conjunta entre DAEE-
170 FABHAT. Rui Brasil Assis (SSRH) lembrou que o Secretário de Saneamento e Recursos
171 Hídricos, Edson Giriboni, já se manifestou publicamente em 2011 que a cobrança pelo
172 uso da água é uma ferramenta de gestão prioritária. Que a ausência de estrutura
173 administrativa e operacional da FABH-AT dificultou o prosseguimento dos trabalhos,
174 não obstante o desejo da FABH-AT realizar a cobrança. O próprio Secretário de
175 Saneamento chamou para si a coordenação do processo e, com os atores envolvidos,
176 o Termo de Cooperação agora está praticamente concluído. Disse também sobre a
177 dificuldade legal, que pela Lei da Cobrança a aplicação dos recursos provenientes da
178 arrecadação está condicionada à elaboração das Leis Específicas do Comitê, mas o
179 Governo também está procurando superar esse obstáculo, e nesse sentido Amauri
180 Pollachi (SSRH) informou que o texto base elaborado pelo Subcomitê Juquery
181 Cantareira do PL 272/2010 que dispõe sobre a APRM Alto Juquery foi enviado em 2010
182 para Assembleia Legislativa-ALESP e está tramitando, há dois anos está na Comissão
183 de Meio Ambiente para análise, após o que deverá ser submetido à apreciação e
184 votação na ALESP. A Comissão de Meio Ambiente já realizou duas audiências públicas
185 na região de interesse. Disse ainda que após análise das Secretarias de Estado
186 envolvidas, consultando a Sociedade Civil e os Municípios, perceberam que o texto da
187 APRM Alto Juquery necessitava de correções a fim de não incorrer em falhas
188 detectadas nas outras Leis Específicas aprovadas e em vigor, a Billings e a
189 Guarapiranga, notadamente em aspectos relacionados ao licenciamento e
190 disciplinamento do PRIS-Programa de Recuperação e Interesse Social. Realizaram uma
191 revisão, porém ao longo de 2012 perceberam também imperfeições referentes à
192 legislação, o que dificultaria a real proteção dos mananciais, e atualmente estão
193 praticamente no final da revisão do PL 272 para encaminharem brevemente à
194 Comissão de Meio Ambiente. José Arraes disse que estava pronta a minuta da Lei
195 Específica SPAT Alto Tietê Cabeceiras, e o PDPA. Disse que os Prefeitos da região
196 reivindicaram urgentemente o PDPA do rio Guaió em área de mananciais através de
197 uma correspondência destinada ao Conselheiro, que por sua vez encaminhou ao
198 Comitê para responder aos Prefeitos quais são as providências que estão sendo
199 tomadas, alertando que a questão é urgente porque há parlamentares que
200 apresentaram projetos de mudança no zoneamento territorial abrangendo a bacia do

201 rio Guaió. O Presidente disse que também recebeu a solicitação dos Prefeitos. Gilson
202 Guimarães disse que para a inclusão da bacia do rio Guaió na Lei Específica restava
203 ainda realizar estudos para definição da área de intervenção, o plano de
204 desenvolvimento, as diretrizes, restrições, índices urbanísticos, e as cargas, além do
205 texto final de minuta da Lei. Amauri esclareceu que a SSRH está em processo de
206 contratação para elaboração do PDPA de todos mananciais da região metropolitana,
207 com prioridade para o PDPA da bacia do rio Guaió, e a perspectiva é que a
208 contratação ocorra ao longo de 2013 iniciando os trabalhos em 2014. Arraes solicitou
209 que o esclarecimento constasse da resposta aos Prefeitos sobre a bacia do rio Guaió.

210 **O Presidente encaminhou que deverá ser estabelecido um novo e definitivo cronograma**
211 **de trabalho para viabilizar a cobrança pelo uso da água na bacia com metas e**
212 **estratégias para atingirem os objetivos, iniciando com o prazo de vinte dias para**
213 **assinatura do Termo de Cooperação. Para viabilizar a cobrança pelo uso da água as**
214 **Prefeituras e órgãos de Estado prestarão apoio, se necessário através de convênio com a**
215 **FABH-AT, criando a estrutura operacional com uma força tarefa de pessoal administrativo,**
216 **cedido temporariamente para a tarefa. O cadastro específico deverá incorporar as**
217 **atualizações no decorrer do processo. Foi aprovado com 40 votos favoráveis e 1 contrário.**

218 No tema Renovação da outorga de direito de uso do Sistema Cantareira, Rui Brasil iniciou
219 dizendo que o tema é complexo envolvendo duas bacias com escassez de água, que o
220 Sistema Cantareira fornece em conjunto até 33 M³/s sendo o maior manancial de
221 abastecimento de água para RMSP. Apresentou breve panorama histórico da outorga,
222 concluindo que a renovação para 2014 tem o componente adicional da eleição
223 estadual e federal. A conjuntura atual apresenta diversas ações práticas que já estão em
224 desenvolvimento: experiência de nove anos executando uma regra operativa, plano de
225 bacia hidrográfica aprovado nos Comitês Piracicaba-Capivai-Jundiá e no Alto Tietê, o
226 plano macrometropole que deverá estar concluído no segundo semestre, equipes que se
227 dedicam à outorga pelo DAEE, e a SABESP que opera o sistema. Continuará a diretriz da
228 outorga anterior, com a ANA-Agência Nacional de Águas participando do processo mas
229 a condução será estabelecida pelo Governo do Estado de São Paulo através da
230 Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos que apresentará um plano de trabalho
231 estratégico e integrado. Também há previsão de apresentação de um cronograma de
232 trabalho com a integração participativa dos dois Comitês envolvidos, uma Nota Técnica
233 com as informações disponíveis para a sociedade e para o sistema de recursos hídricos. O
234 plenário debateu o tema, o Vice-Presidente Miron Rodrigues (CDPEMA) alertou, como já o
235 fizera na Câmara Técnica de Cobrança, que existe distorção na base de cálculo da
236 fórmula da cobrança no coeficiente X13, em alguns Comitês, e isso poderá causar
237 distorções que ferem o equilíbrio entre oferta-demanda de água nas regiões, portanto o
238 tema deve ser analisado e debatido no CRH. Nelson Pedroso (AGDS) disse que os debates
239 públicos são importantes, o resgate histórico do desenvolvimento das negociações da
240 renovação da outorga e não menos importante são os quesitos técnicos da renovação.
241 João Ricardo (PM de São Bernardo do Campo) sugeriu manifestação oficial do CBH-AT
242 com a Nota Técnica sobre a outorga deixando acessível as informações para consulta e
243 acompanhamento da sociedade, e que fosse agendada reunião para Câmara Técnica,
244 a ser designada, para nivelar as informações sobre o andamento da renovação da
245 outorga aos membros do Comitê, sobretudo aos novos membros. **Atendendo a**
246 **necessidade do colegiado obter maiores informações e conhecer melhor o próprio**

247 sistema, o Presidente propôs, a realização de apresentações do sistema integrado de
248 recursos hídricos, sua gestão, sua legislação e a operacionalização dos principais
249 sistemas produtores. Solicitou que a Secretaria Executiva encaminhasse ofício do CBH-AT
250 ao Secretário de Saneamento e Recursos Hídricos, Edson Giriboni, agendando
251 urgentemente reunião para construção de cronograma e plano de ação referente à
252 renovação da outorga do sistema Cantareira, com a presença da Diretoria do CBH-AT, do
253 CBH-PCJ, ANA, DAEE, SABESP e demais atores envolvidos. João Ricardo enfatizou a
254 necessidade de informarem à sociedade que o Comitê está trabalhando na renovação
255 da outorga e propôs que a Nota Técnica fosse emitida após a reunião, sendo distribuída
256 também aos Prefeitos municipais e para os Subcomitês. Os encaminhamentos foram
257 aprovados.

258 Finalizando, pelos assuntos gerais o Presidente lembrou o colegiado que pelo novo
259 Estatuto do CBH-AT os Subcomitês devem reformular seu Regimento Interno no prazo de
260 noventa dias, e também deverá ocorrer a revisão, composição, atribuição e forma de
261 funcionamento das Câmaras Técnicas no prazo de noventa dias. Para que o plenário
262 possa apreciar e aprovar a matéria propôs distribuir a tarefa criando o Grupo de Trabalho
263 Institucional com objetivo de encaminhar a revisão, composição, atribuição e forma de
264 funcionamento das Câmaras Técnicas e a minuta de Regimento Interno dos Subcomitês.
265 Além disso propôs a criação de um segundo GT, o Grupo de Trabalho Investimentos,
266 tendo como objetivo propor critérios e calendário para indicação dos empreendimentos
267 pleiteantes aos recursos FEHIDRO 2013. Ambos com a composição tripartite e com prazo
268 de quarenta dias para concluir os trabalhos. Foram aprovados. Para a composição dos
269 GTs foi solicitado que os interessados procurassem a Secretaria Executiva ao final da
270 reunião. João Ricardo propôs que a pauta Cobrança pelo Uso da Água fosse tema
271 permanente das reuniões, ou minimamente como informes, e solicitou informações sobre
272 o cancelamento do projeto da Prefeitura de São Bernardo do Campo para obtenção de
273 recursos FEHIDRO. A Secretaria Executiva deu informes sobre os onze projetos cancelados,
274 por diversos motivos, e que algumas entidades pleitearam que o projeto entrasse no
275 Banco de Projetos FEHIDRO 2013 visto que não sofreram impedimento do Agente Técnico
276 ou Financeiro. **Foi aprovado que o GT Investimentos solicitará à Secretaria Executiva do
277 COFEHIDRO os motivos do cancelamento dos projetos, e informará os tomadores.
278 Foi Deliberado, aprovado por unanimidade, a participação do Comitê e o apoio
279 financeiro com valores aproximados de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais) no evento
280 Diálogo Interbacias de Educação Ambiental que ocorrerá em setembro de 2013.**

281 Encaminhamento: tomar as providências necessárias para que os membros do colegiado
282 realizem visitas técnicas a fim de conhecer os principais sistemas produtores da bacia
283 hidrográfica.

284 Esta Ata está em conformidade com a Ata Completa contendo a íntegra desta reunião
285 taquigrafada por Dartan Gravina.